

AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS NO SEGUNDO

QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDANO

§ 2º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos da Audiência Pública são:

- Demonstrar as Receitas Arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;
- Demonstrar as Despesas realizadas executadas no período;
- Comparar as Receitas e Despesas do período;
- Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;
- Comparar as Metas e as Dívidas do município;
- Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal.

ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. Conforme se infere do demonstrativo, a Receita Bruta do 2º quadrimestre comportou-se dentro das previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, mesmo considerando o aumento de arrecadação, proveniente da arrecadação de precatórios oriundos do Fundef e recebimento de recursos para combate a pandemia COVID-19:

ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL	PREVISÃO PARA O 2º QUADRIMESTRE	RECEBIDAS ATÉ O 2º QUADRIMESTRE
RECEITAS CORRENTES	70.004.999,24	46.665.332,49	66.248.762,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.208.754,92	1.472.356,03	967.853,88
RECEITA PATRIMONIAL	313.418,89	208.925,03	139.759,54
TRANSF. CORRENTES	59.494.799,68	39.659.233,47	49.130.639,79
RECEITAS CORRENTES INTRA	4.311.917,78	2.874.324,39	4.503.789,06
OUTRAS REC. CORRENTES	211.502,96	140.987,87	9.974.765,46
RECEITAS DE CAPITAL	1.820.583,62	1.213.601,04	0,00
TRANSF. DE CAPITAL	1.820.583,62	1.213.601,04	0,00
TOTAL DA RECEITA	71.825.582,86	47.878.933,53	66.248.762,86

Conforme fica demonstrado, no período examinado que houve arrecadação de Receitas de Capital. Houve ainda, aumento na receita prevista decorrentes dos impactos pelo recebimento de precatórios do Fundef e receitas para combate ao COVID-19, indicando a formação de superavit financeiro.

DESPESAS

O comportamento da Execução da Despesa foi também realizado dentro da normalidade prevista nas peças orçamentárias, e dentro dos parâmetros estabelecidos, conforme segue:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO PERÍODO

No período, a **Despesa Orçamentária** foi **acrescida de R\$15.200.000,00 por Créditos Adicionais**, passando ao montante de **R\$87.025.582,86**, tendo sido utilizados os seguintes recursos:

CRÉDITOS ADICIONAIS

CRÉDITOS ESPECIAIS, ABERTOS POR LEIS ESPECÍFICAS

Excesso de Arrecadação - Prefeitura Agamenon Magalhães S/N - CEP: 56260-000 - Ipubi - Pernambuco

CEP: 56260-000 | Fone: 087 3881-1156 | gabinete@prefeituradeipubi.com.br

Superavit Financeiro

[WWW.ipubi.pe.gov.br](http://www.ipubi.pe.gov.br)

R\$ 0,00

R\$ 0,00

O Excesso de Arrecadação utilizado refere-se a Convênios recebidos no exercício.

CRÉDITOS SUPLEMENTARES, POR LEIS ESPECÍFICAS

Superávit Financeiro

R\$ 0.00

Foram abertos ainda Créditos Adicionais utilizando **Anulação de Dotações** – Remanejamentos - que não alteram o valor do Orçamento em vigor.

Após as alterações orçamentárias realizadas, as Despesas Autorizadas e Realizadas passaram a ser as que vão demonstradas no Anexo a seguir:

DESPESAS	AUTORIZADA ATUALIZADA	LIQUIDADAS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	PAGAS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	77.355.076,50	50.705.809,20	46.892.755,11
PESSOAL E ENCARGOSSOCIAIS	42.499.143,90	30.163.336,88	27.107.441,37
OUTRAS DESP. CORRENTES	34.855.932,60	20.542.472,32	19.785.313,74
DESPESAS DE CAPITAL	9.670.486,25	3.312.729,54	3.043.874,24
INVESTIMENTOS	8.793.790,00	2.795.827,76	2.610.620,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	876.696,25	516.901,78	433.253,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20,11		
TOTAL DA DESPESA	87.025.582,86	54.018.538,74	49.936.629,35

RESULTADO

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES
DESPESA LIQUIDADADA – SUPERÁVIT	12.230.224,12
DESPESA PAGA - SUPERÁVIT	16.312.133,51

RESULTADO FINAL

Pelo que vai demonstrado, houve **SUPERÁVIT NO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, considerando-se as **DESPESAS LIQUIDADAS E AS PAGAS**, originado pela eficiência e eficácia da atual gestão, primando pela correção de seu governo, buscando fazer sempre uma correta administração.

O Resultado pelas **Despesas Empenhadas** não é demonstrado, tendo em vista que as mesmas não servem de parâmetro, pois a maioria destas despesas é objeto de contratos por licitações empenhados pelos valores globais ou por estimativas; serão liquidadas conforme necessidade da entidade, com a “A.F.” – (autorização de fornecimento) e



recebimento pelo setor de Compras do bem material ou imaterial adquirido.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para perfeita análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA: refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de valores principais recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O RESULTADO PRIMÁRIO apura a diferença entre a Receita Fiscal Líquida e a Despesa Fiscal Líquida, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).

RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	REALIZADAS ATÉ O 2º QUADRIMESTRE
RECEITAS CORRENTES	61.744.973,80
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL	61.744.973,80
DEDUÇÕES	139.759,54
RENDAS DE APLIC. FINANCEIRAS	139.759,54
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	61.605.214,26
DESPESAS FISCAIS	LIQUIDADAS ATÉ O 2º QUADRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	46.687.303,59
DESPESAS DE CAPITAL	3.312.729,54
TOTAL	50.000.033,13
DEDUÇÕES	516.901,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	516.901,78
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	49.483.131,35

RESULTADO PRIMÁRIO

10.563.686,08

O valor da Execução do Resultado Primário apurado no período demonstra atendimento das Metas previstas para o exercício.

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e Restos a Pagar Processados, calculando a capacidade financeira para fazer face ao pagamento da dívida, e comparando com o exercício anterior.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
DÍVIDA EXISTENTE		
DÍVIDA CONSOLIDADA	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	13.248.640,12	14.000.601,02
TOTAL DA DÍVIDA	13.248.640,12	0,00
ATIVO DISPONÍVEL	8.005.656,69	22.152.142,51
HAVERES FINANCEIROS	0,00	0,00
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	8.005.656,69	22.152.142,51
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (B-A)		-8.151.541,49

MODELO 2

1) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA NO 2º QUADRIMESTRE (Dívida Consolidada / Restos a Pagar Processados)	0,00
2) VARIAÇÃO DO ATIVO DISPONÍVEL	-8.151,541,49
RESULTADO NOMINAL (1+2)	-8.151.541,49

Pelos demonstrativos, fica demonstrado que apesar das dificuldades financeiras suportadas no período, o Município atendeu no 2º QUADRIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2020, os parâmetros necessários para não aumentar o estoque de suas dívidas, cumprindo as metas referentes ao **RESULTADO NOMINAL** no período, conforme estabelecido pela Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR

PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Baixas		Montante a Pagar	Disponib. Financeira
		Cancelados	Pagos		
PODER LEGISLATIVO	295.133,46			295.133,46	
CÂMARA MUNICIPAL	295.133,46	0,00	0,00	295.133,46	
PODER EXECUTIVO				14.366.153,10	
R. P. Processados	17.209.240,80	499,00	3.503.274,24	13.705.467,56	
R. P. Não Processados	660.685,54	0,00	0,00	660.685,54	



ESTADO DE PERNAMBUCO
Prefeitura Municipal de Ipubi
SECRETARIA DE FINANÇAS
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

7

TOTAL:	17.869.926,34	499,00	3.503.274,24	14.661.286,56	
--------	---------------	--------	--------------	---------------	--

ANÁLISE DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MOVIMENTO NO EXERCÍCIO (FINAL DO EXERCÍCIO)			
SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	RESGATE	SALDO
0,00	0,00	0,00	0,00

A análise dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, e da Dívida Consolidada, comprova que o Executivo possui disponibilidade financeira suficiente para quitar toda dívida existente, de curto e longo prazo.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PODER EXECUTIVO

A Despesa com Pessoal no período, conhecido como R.G.F., nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, está dentro dos parâmetros exigidos, com a porcentagem sobre a Receita Corrente Líquida, abaixo dos limites de 54,00% e de % impostos pela L.R.F. – e vai assim demonstrado:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PODER EXECUTIVO		
PERÍODO: SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020		
QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	DOZE ÚLTIMOS MESES	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	84.844.779,21	
DESPEZA TOTAL COM PESSOAL	34.543.889,64	40,71
Limite Máximo (Art. 20 LRF)	45.816.180,77	54,00
Limite Prudencial 95% (parágrafo único - art. 22 LRF)	43.525.371,73	51,30

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO – FUNDEB E 25% NO ENSINO

No SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 a movimentação de RECEITAS E DESPESAS com recursos referentes ao FUNDEB e aos 25% dos RECURSOS PRÓPRIOS obrigatórios em ENSINO, foi a seguinte:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - ANEXO 8 - ENSINO	
FUNDEB - SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2020	
RECEITAS	
RECURSOS RECEBIDOS	
RECEITAS DO FUNDEB	15.276.536,81

RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00
TOTAL DA RECEITA DO FUNDEB	15.276.536,81

DESPESAS			
ENSINO FUNDEB	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
MAGISTÉRIO 60%	13.575.070,75	10.185.712,40	8.822.979,89
OUTRAS DESPESAS - 40%	3.545.563,41	3.285.440,64	3.243.218,87
SOMA DAS DESPESAS ENSINO BÁSICO FUNDEB	17.120.634,16	13.471.153,04	12.066.198,76
PORCENTAGEM APLICADA - MÍNIMO 60%	88,86%	66,67%	57,75%
PORCENTAGEM APLICADA - MÁXIMO 40%	23,21%	21,50%	21,23%
PORCENTAGEM APLICADA-TOTAL	112,07%	88,17%	78,98%

<u>APLICAÇÃO - 25% NO ENSINO</u>			
RECEITAS PRÓPRIAS - 25% - SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2020			
RECEITAS 25%			
RECEITAS	RECEBIDO	25%	
RECEITAS MUNICIPAIS	903.741,93	225.935,48	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	16.436.155,48	4.109.038,87	
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	6.539.021,22	1.634.755,30	
SOMA - 25%	23.878.918,63	5.969.729,66	
DESPESAS			
DESPESAS REALIZADAS - ENSINO 25%	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
ENSINO FUNDAMENTAL	24.019.544,98	17.429.415,53	15.715.544,59
ENSINO INFANTIL	2.844.132,65	1.050.079,63	780.899,03
ENSINO ESPECIAL			
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	26.863.677,63	18.479.495,16	16.496.443,62
REC. DA DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	11.008.062,55	11.008.062,55	11.008.062,55
SOMA	15.855.615,08	7.471.432,61	5.488.381,07
DEDUÇÃO - Receita de Aplicação Financeira - 100%	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA - APLICAÇÃO DOS 25%	15.855.615,08	7.471.432,61	5.488.381,07
VALOR APLICADO A MAIOR/MENOR	6.369.812,23	6.369.812,23	6.369.812,23
PORCENTAGENS APLICADAS	26,68	26,68%	26,68%

Conforme vai demonstrado, houve atendimento à aplicação dos Recursos do FUNDEB e dos Recursos Próprios conforme estabelecido pela legislação vigente.

APLICAÇÃO NA SAÚDE

No **SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020**, foi aplicado na **SAÚDE** percentual bem acima/ou abaixo do exigido pela legislação, conforme demonstrativo:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - ANEXO 12 - SAÚDE				
SEGUNDO QUADRIMESTRE - SEGUNDO BIMESTRE DE 2020				
RECEITAS		RECEBIDAS	% APURADA	
RECURSOS ORDINÁRIOS - 15%				
I.R.R.F. - 1113.03.1		318.753,00		44,61
I.P.T.U. - 1118.01.1		35.757,02		81,57
I.T.B.I. - 1118.01.4		28.301,86		86,09
I.S.S.Q.N. - 1118.02.3.1		520.930,05		39,61
F.P.M. - 1718.01.2.0.00		16.436.155,48		69,07
I.T.R. - 1718.01.5.0.00		0,00		0,00
I.C.M.S. Desoneração - 1718.06.0.0.00		0,00		0,00
I.C.M.S. - 1728.01.1.1		3.336.434,55		82,85
I.P.V.A. -1728.01.2		495.785,65		46,80
I.P.I. - Exp. - 1728.01.3		22.230,90		135,24
SOMAS		21.194.348,51		
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA				
TOTAL DA RECEITA ORDINÁRIA 15%		3.179.152,28		
RECURSOS PRÓPRIOS - 15%				
DESPESAS	ORÇADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
RECURSOS PRÓPRIOS - 15%				
Venc. Vantagens Fixas - 01-310	4.590.882,59	4.519.681,25	3.435.084,49	3.435.084,49
Obrigações Patronais - 01-310	2.230.798,09	2.165.323,70	1.260.589,84	374.505,94
Indenizações e Restituições Trabalhistas - 01-310	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias e Adiantamentos - 01-310	47.396,76	27.240,00	24.245,00	24.245,00
Material de Consumo - 01-310	6.547.784,54	5.834.103,56	3.943.143,80	3.741.508,04
Material de Distribuição Gratuita - 01-310	2.191,74	0,00	0,00	0,00
Outros Serv. Pessoa Física - 01-310	4.415.022,53	3.564.294,34	3.321.342,46	3.278.897,46
Outros Serv. Pessoa Jurídica - 01-310	1.100.357,74	848.235,53	509.547,50	501.130,12
Serviços de Tecn. da Informação e Com. - 01-310	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores - 01-310	5.615,79	0,00	0,00	
Obras e Instalações - 01-310	1.642.061,20	1.386.803,62	88.602,47	
Equipamentos e Material Permanente - 01-310	351.641,59	311.844,03	157.870,07	157.870,07
Rateio Consórcio Público (entra no cálculo do SIOPS)				
SOMA DA DESPESA SEM CONSÓRCIO	20.933.752,57	18.657.526,03	12.740.425,63	11.513.241,12
SOMA DA DESPESA COM CONSÓRCIO	20.933.752,57	18.657.526,03	12.740.425,63	11.513.241,12
APLICAÇÃO 15% SEM CONSÓRCIO				
APLICAÇÃO 15% COM CONSÓRCIO		19,86%	19,86%	19,86%



VALOR APLICADO A MAIOR SEM CONSÓRCIO				
VALOR APLICADO A MAIOR COM CONSÓRCIO		1.029.390,19	1.029.390,19	1.029.390,19